



## Pela primeira vez, Justiça recebe mais processos em meio virtual

A Justiça brasileira recebeu, em 2015, cerca de 27 milhões de processos novos, dos quais 55,7% foram por meio eletrônico. É a primeira vez que a proporção de ações novas em meio virtual supera a porcentagem de casos propostos em papel (44,3% do total), segundo o relatório *Justiça em Números 2016*, divulgado nessa segunda-feira (17/10) pelo Conselho Nacional de Justiça. A base de dados é relativa ao ano de 2015.

Há seis anos, o índice de casos novos eletrônicos, como são chamados esses processos, era de 11%. A mudança no modo de acionar a Justiça começou a ser notada em 2012, diz o CNJ. Desde então, o índice cresce pelo menos 10 pontos percentuais por ano.

Na Justiça do Trabalho, por exemplo, 77,1% dos processos apresentados aos tribunais regionais do trabalho e nas varas trabalhistas em 2015 eram virtuais. No Tribunal Superior do Trabalho e no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (Paraíba), todos os processos novos foram submetidos virtualmente. No ano passado, 80,8% dos casos novos que chegaram ao Superior Tribunal de Justiça estavam em forma eletrônica.

Na Justiça estadual, 49,7% dos processos novos começaram a tramitar em 2015 de forma virtual. Em 2012 esse índice não chegava a 14%. “O dado é representativo da mudança cultural em curso no país, porque a Justiça estadual é o ramo do Judiciário que concentra a maior parte das ações judiciais em tramitação. No ano passado, sete dos dez processos novos na Justiça entraram no Judiciário pelos tribunais de Justiça dos estados ou do Distrito Federal e Territórios”, diz o relatório.

A adesão ao meio virtual entre os usuários da Justiça estadual já é total em quatro dos 27 tribunais de Justiça. De acordo com o *Justiça em Números*, quase todos os novos casos judiciais foram iniciados em algum sistema de tramitação eletrônica de processos nos tribunais de Justiça do Acre, de Alagoas, de Mato Grosso do Sul e do Tocantins. No Tribunal de Justiça do Amazonas e em mais 12 tribunais da Justiça do Trabalho, o acesso aos órgãos do primeiro grau de jurisdição é integralmente feito no meio eletrônico.

Para o CNJ, um dos fatores determinantes desse novo cenário é a disseminação do Processo Judicial Eletrônico, sistema de tramitação eletrônica de ações judiciais desenvolvido em 2010 e distribuído pelo órgão para modernizar o funcionamento da Justiça brasileira.

Clique [aqui](#) para acessar o relatório *Justiça em Números 2016*.

Clique [aqui](#) para acessar o caderno de infográficos do *Justiça em Números 2016*.

**Date Created**

18/10/2016